

Importância das Indicações Geográficas para a valorização das cadeias produtivas de insumos vegetais no estado brasileiro da Bahia

Autores: Gonzaga Teles, Matheus; Guimarães Vasconcellos, Alexandre*

Contacto: *alexguim73@gmail.com

País: Brasil

Resumo

Devido às influências africanas, indígenas e portuguesas, concentra-se no estado brasileiro da Bahia uma enorme diversidade cultural associada ao uso de plantas para a geração de produtos alimentícios e medicinais. Diante dos possíveis benefícios das Indicações Geográficas (IGs) para as comunidades envolvidas e para o estado da Bahia, este trabalho visa discutir e apontar as potencialidades do selo de IG presente em produtos derivados de vegetais oriundos do território baiano, bem como, as contribuições dos diversos entes a esse processo. Para isso, foi realizada pesquisa documental sobre essas Indicações Geográficas potenciais, assim como sobre as já existentes. Verificou-se o reconhecimento de 5 IGs até o momento no estado. Os insumos vegetais relacionados às IG são: Litoral Sul da Bahia (amêndoas de cacau); Oeste da Bahia (café verde em grãos); Microrregião Abaíra (cachaça, cana-de-açúcar); Vale do Sub-médio São Francisco (uvas e mangas) Vale do São Francisco (vinhos e espumantes, uvas). Os resultados da pesquisa demonstram que apesar das IGs já estarem sendo utilizadas como instrumento para agregar valor aos produtos vegetais e para a geração de novos negócios preservando as particularidades dos produtos e dos modos de produção de regiões específicas, o potencial mercadológico e desenvolvimentista da Bahia permitiria pelo menos o reconhecimento de mais umas 10 Indicações Geográficas potenciais envolvendo produtos vegetais e o saber-fazer existente em diversas localidades da Bahia. No campo institucional, a análise destaca os esforços empreendidos pela Fundação de Amparo e Pesquisa do Estado da Bahia, os Institutos de Ciência e Tecnologia e os outros órgãos envolvidos na promoção da qualidade dos produtos, no desenvolvimento do associativismo e nos mais diversos diagnósticos que visam aperfeiçoar políticas públicas e subsidiar as informações estratégicas que podem ser incluídas nos Cadernos de Especificações Técnicas dos futuros pedidos de reconhecimento de IG na Bahia.

Palavras-chave: indicações geográficas; insumos vegetais; desenvolvimento regional; políticas públicas; Bahia.

1. Introdução

A primeira Indicação Geográfica (IG) a ser protegida de fato por um estado nacional foi a do Porto, por volta de 1750, quando o então Marquês de Pombal ordenou o reconhecimento geográfico da área, as delimitações das áreas de cultivo e das variedades de de uvas e as análises específicas dos vinhos que respaldassem todos as características produtivas, mercadológicas e organolépticas do vinho dessa região (Freitas, 2012).

A partir desse momento, as IGs gozavam de reputação nacional, assim como internacional, pois foram acordados vários tratados internacionais que passaram a proteger esses produtos e a coibir as falsificações, sendo o primeiro destes o Tratado de Methuen (Freitas, 2012; Soeiro, 2019).

Em decorrência da Lei de Propriedade Industrial (LPI), o estado baiano e os seus produtores locais sentiram a necessidade de proteger muitos de seus produtos agropecuários, assim como de trazer valor agre-

gado a muitos deles (Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia - FAPESB, 2014). Sabe-se que uma IG pode contribuir para o aumento do valor de um produto, assim como costuma trazer repercussão turística à localidade que a adota (Lorena, Areas & Lima, 2019).

O objetivo desse trabalho é identificar as Indicações Geográficas já reconhecidas no estado da Bahia, bem como as localidades relacionadas à produtos e serviços com elevado potencial de reconhecimento. Além disso, busca-se analisar como diversas instituições têm contribuído para a promoção da qualidade dos produtos, para torná-los conhecidos e para o aperfeiçoamento de políticas públicas voltadas para o apoio e fortalecimento das Indicações Geográficas no estado brasileiro da Bahia.

2. Metodologia

Foi feito um levantamento bibliográfico acerca das IGs registradas e das potenciais do estado da Bahia. O estado da Bahia apresenta diversas potencialidades agropecuárias e grande potencial mercadológico de exportação (COMEXSTAT, 2021).

Para o desenvolvimento desta pesquisa qualitativa, foram analisadas a regulamentação sobre o uso e a delimitação da área geográfica, assim como da comprovação de notoriedade, a fim de respaldar as localidades e produtos apontados como potenciais detentores de reconhecimento de IGs da Bahia. A revisão de literatura contou com consultas a livros, jornais, periódicos científicos, relatórios científicos, entre outras fontes que pudessem subsidiar a coleta mais ampla possível de informações.

Documentos e dados de fontes primárias foram coletados no Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), no INPI, no Ministério da Agricultura e Meio Ambiente (MAPA), no Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE), na Secretaria de Agricultura, Irrigação e Reforma Agrária do Estado da Bahia (SEAGRI) e nas demais entidades e órgãos de classe relevantes para a consecução dos resultados. Assim, foi escolhida a pesquisa documental.

Segundo Gil (2017), a pesquisa documental é utilizada em praticamente todas as ciências sociais. Esse tipo de pesquisa lança mão de toda espécie de documentos que ainda não sofreram um tratamento analítico, elaborados com finalidades diversas a exemplo de processos, petições, dentre outros.

3. Resultados

3.1. IG Vale do Submédio São Francisco

A primeira IG a solicitar registro na Bahia foi a do Vale do Submédio São Francisco cuja numeração concedida pelo Instituto Nacional da Propriedade Industrial [INPI] é a IG200701, a espécie de IG ofertada é a IP. Os produtos ou serviços ofertados são Uvas de Mesa e Manga. O registro foi concedido em 07/07/2009 e requerido pelo Conselho da União das Associações e Cooperativas dos Produtores de Uvas de Mesa e Mangas do Vale do Submédio São Francisco (INPI, 2019).

Fato inusitado quanto a essa IG, seria o caso dela ser a única pertencente a dois estados diferentes: Bahia e Pernambuco. Essa IG está localizada na região sertaneja no oeste do Estado de Pernambuco e norte do Estado da Bahia, abrange municípios dos dois estados, inclusive os dois maiores dessas regiões: Juazeiro e Petrolina (INPI, 2021a).

Assim como as outras três IGs, o tipo específico é o da Indicação de Procedência (IP) (INPI, 2021).

3.2. IG Abaíra

A segunda IG por ordem de solicitação seria a IG de Abaíra, de 2014. A solicitante do registro foi a Asso-

ciação dos Produtores de Aguardente de Qualidade da Microrregião Abaíra (INPI, 2021a).

Além da produção cachaceira, oriunda da agricultura familiar, existem outros produtos gerados por esse polo produtor de cachaça como rapadura, melado e açúcar mascavo, todos derivados da cana-de-açúcar (Silva, Rezende & Silva, 2018).

3.3. IG Sul da Bahia

Esta é a segunda IG de cacau do país, sendo a primeira a do Espírito Santo. De acordo com INPI (2021a) foi concedida em 2018.

De acordo com Costa e Soares (2016), o Sul da Bahia é conhecido por ser a região cacaueteira mais tradicional do país e por muito tempo a mais produtiva. Após a crise da vassoura de bruxa, essa região passou por um colapso econômico. Porém, essa crise da vassoura de bruxa foi vital para o progresso e a transferência tecnológica que passou a fomentar um novo desenvolvimento socioeconômico e produtivo nessa região nas últimas décadas do século XXI (Teles, 2021).

3.4. IG Oeste da Bahia

Última IG baiana a ser concedida, o registro foi concedido à Associação dos Cafeicultores do Oeste da Bahia no ano de 2019. Essa IG se destaca por produzir café verde em grãos, da espécie *Coffea arábica* (INPI, 2021a).

O café dessa região é reconhecido pelo seu sabor agradável, corpo acentuado, com aroma frutado e floral com boa densidade, com excelente doçura e acidez positiva (INPI, 2021b).

3.5. IG Vale do São Francisco

É uma IG caracterizada pela produção de vinhos finos, vinhos nobres, espumantes naturais e vinho moscatel espumante. A variedade usada é a *Vitis vinifera*. Esta IG é reconhecida como Indicação de Procedência e constituído pelos limites político-administrativos dos municípios de Lagoa Grande, Petrolina e Santa Maria da Boa Vista, no estado de Pernambuco; e, Casa Nova e Curaçá, no estado da Bahia, incluindo integralmente seus territórios, conforme definidos pelo IBGE. (EMBRAPA, 2021; INPI, 2021c).

4. Discussões

A alta produtividade da região do Vale do Submédio São Francisco é evidenciada pela colheita de 2,5 safras ao ano obtidas com o método da irrigação. Esse polo fruticultor responde por um terço das exportações de frutas brasileiras (INPI, 2021a).

No ano de 2006, foi iniciado o processo de registro de IG das uvas de mesa e mangas do Vale do Submédio do São Francisco. Para a congregação desse propósito foram convocados o SEBRAE, Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), a Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba (CODEVASF), a Federação da Agricultura do Estado de Pernambuco (FAEPE), além do envolvimento de 12 associações e cooperativas de produtores de manga e de uva de mesa nas cidades vizinhas de Petrolina – PE e Juazeiro – BA. Apesar do empreendimento realizado e dos recursos dispensados, até o momento nenhum resultado efetivo foi alcançado com a IG (Sá & Lima, 2018).

A IG Abaíra, assim como outras IGs brasileiras, contou com o suporte do SEBRAE para desenvolver estudos de mercado que avaliassem os impactos econômicos de suas atividades e cooperassem na realização do registro (Lisboa, 2021). Assim, na região de Abaíra o SEBRAE (2016) levantou um estudo intitulado O Estudo de Mercado para a Cachaça da Bahia, o qual aponta como principais regiões produtoras de cachaça

no estado: Chapada Diamantina, Oeste, Extremo Sul e Recôncavo.

A Secretaria de Ciência Tecnologia e Inovação (SECTI) junto com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) fomentou a criação de Arranjos Produtivos Locais (APL) da cachaça (SEBRAE, 2016).

Além do levantamento econômico e o suporte ao registro da IG, o SEBRAE Bahia também foi responsável por fomentar e desenvolver o registro das marcas locais das cachaças artesanais baianas (SEBRAE, 2016).

O SEBRAE também atuou na realização de festivais de cachaça e no apoio à exportação da cachaça de Abaíra (SEBRAE, 2016).

Quanto às marcas, Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA, 2021) salienta que uma grande parte dos produtores artesanais de cachaça desconhece a utilização correta de marcas, usa marcas já conhecidas e sequer sabe que o registro de marca precisa ser obtido junto ao INPI.

Somente a Bahia registrou 133 marcas de produtos de cachaça (MAPA, 2021). Em termos comparativos, a Bahia tinha somente 30 marcas registradas desse produto (SEBRAE, 2016). Em termos percentuais isso representa um aumento de 443%.

Segundo Lisboa (2021), do ponto de vista de mercadológico, os trabalhos empreendidos por órgãos públicos, entidades e pelos próprios produtores foram mais direcionados à produção e pouco voltados para as atividades que buscassem o desenvolvimento da cadeia produtiva e o acesso a mercados, com grupos de produtores não muito habituados às atividades comerciais. Como resultado disso, o mercado baiano de cachaça gera mais de 30 mil empregos diretos, com 29 produtores registrados e 30 marcas em atuação. Em sua posição de segundo maior produtor de cachaça de alambique do Brasil, o estado da Bahia é desbancado apenas por Minas Gerais (SEBRAE, 2016).

Os modelos de desenvolvimento tecnológicos do Sul da Bahia: o primeiro do genoma adotado por todos os institutos e o segundo da lista de discussão adotado pelo Laboratório de Genômica e Expressão (LGE) da Unicamp refletem abordagens diferentes de adoção tecnológica (teles, 2021).

O primeiro caracteriza uma abordagem tecnológica vertical, ao estilo *top-down*. As técnicas empregadas seriam difusionistas, aplicadas sem discussão com os envolvidos. O segundo está centrado na horizontalidade do conhecimento e pode ser dividido em duas vertentes: intercâmbio de conhecimento e construção coletiva do conhecimento (Rogers, 1983).

As parcerias estratégicas realizadas entre os diversos institutos regionais, dentre eles os ICTs baianos, moldaram parcerias estratégicas que ajudaram a formatar e a desenvolver o projeto de IG do Cacaú do Sul da Bahia (Segundo, Goulart, Junior & Uetanabaro, 2014). Nesse sentido, seria válido mencionar que a FAPESB empreendeu uma ação pioneira ao apoiar cinco projetos de pesquisa vinculados às ICTs baianas na estruturação de IGs da Bahia (Dallabrida, 2013).

O café produzido pela IG do Oeste da Bahia é um café reconhecido pelo seu sabor agradável, corpo acentuado, com excelente doçura e de qualidade excepcional (INPI, 2021b). Esse café assim como o café de outras IGs goza de notoriedade e tem sido exportado para os principais mercados consumidores. Além disso, tem obtido diversos prêmios nacionais e internacionais (CANAL TV IFSUL de Minas, 2021).

4.1. Companhia de Ação e Desenvolvimento Regional (CAR)

A CAR fomentou projetos voltados ao desenvolvimento envolvendo agricultores familiares como o BAHIA PRODUTIVA, a fim de promover e desenvolver melhores práticas de assistência técnica voltadas aos cultivos sustentáveis e o apoio à produção e comercialização para atender demandas de mercados (CAR,

2019; CAR 2021) Um edital de 2017 foi específico para atender a demanda da cadeia do cacau e chocolate (CAR, 2017).

4.2. IGs potenciais

Apesar do estado da Bahia contar com apenas 04 IGs registradas, de acordo com o SEBRAE BAHIA (2021) existem pelo menos 15 IGs potenciais. Este levantamento foi capitaneado pelos diversos ICTs componentes do ecossistema estadual de inovação e expostos no último Fórum de Indicações Geográficas e Marcas Coletivas da Bahia (CANAL SEBRAE BAHIAa, 2021).

Abaixo seguem mais algumas das principais IGs potenciais baianas.

4.3. Farinha de Buerarema

De acordo com Conceição (2007), o Sebrae juntamente com a Empresa Baiana de Desenvolvimento Agropecuário (EBDA), Ceplac e a prefeitura de Buerarema almejam uma produção empresarial, com vistas a aumentar a produção de mandioca e seus derivados a fim de incrementar as vendas do produto. Essa mesma autora ressalta que em 2007 o município de Buerarema tinha cerca de 42 casas de farinha e mandioca e cerca de 600 hectares de área plantada, dessa forma considerada como referência para o país.

Segundo o IBGE (2020), a Bahia era o terceiro maior produtor nacional de mandioca em 2019. O município de Buerarema e os municípios circunvizinhos já adquiriram notoriedade por sua produção de farinha de mandioca (uma das características principais para reconhecimento de uma Indicação de Procedência - IP). Deve ser enfatizado que esses fatores apresentam relação com a qualidade inerente ao produto e por conseguinte, com as condições da cultura da mandioca do Sul da Bahia (Rezende, Simões, Daltro, Pereira & Miyaji, 2015).

4.4. Rum do Recôncavo, IG de Valença – Baixo Sul da Bahia

O Baixo Sul da Bahia aqui representado pelos municípios de Nazaré, Muniz Ferreira, São Felipe, Jaguaripe e Amargosa com diversos produtores. Deve ser salientado que esses fabricantes obtêm produto destilado diferente, erroneamente intitulado de “cachaça” nessa região e no MAPA como “aguardente de melão” (SEBRAE, 2016).

De acordo com o SEBRAE (2016) há alguns requisitos legais e técnicos sobre essa IG potencial. Assim, em primeiro lugar, o produto obtido não é a cachaça. Segundo a matéria-prima adotada é melado e não o melão de cana e, por último, a tecnologia do processo de produção está mais próxima ao rum ou tafiá. Essa região, se incluídos outros municípios vizinhos, apresenta grande potencial para a solicitação de uma IG para o Rum do Recôncavo.

4.5. IG do Dendê de Valença

Essa IG caracteriza um produto que goza de notoriedade regional, nacional e internacional com amplo potencial de exportação e diversas possibilidades de agregação de valor com a produção de diversos produtos e coprodutos (Teles, 2021).

Teles (2021) do PROFNIT da Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC), ressalta as diversas contribuições das mais diversas esferas: produtores, indústria, agentes financeiros e o Governo estadual, de maneira a desenvolver a dendeicultura baiana e contribuir para a geração de melhores patamares de desenvolvimento.

4.6. FAPESB

A FAPESB através do edital 021/2011 forneceu suporte a projetos de caracterização de Indicação Geográfica em todo o estado da Bahia. Assim, recebeu solicitação de Indicação de Procedência de várias regiões com potencial de obtenção do registro, as quais solicitaram formalmente seu apoio financeiro (FAPESB, 2014). Esse suporte foi fundamental para a concretização do registro de IG, sobretudo a do Sul da Bahia.

Por este edital seis propostas foram atendidas (conforme mostra o Quadro 1).

QUADRO 1. Projetos de caracterização de Indicação Geográfica (IG) no estado da Bahia financiados pela FAPESB

Quadro 1 Projetos de caracterização de Indicação Geográfica (IG) no estado da Bahia financiados pela FAPESB	
Projeto	Executante
Qualidade, identidade e notoriedade da farinha de mandioca de Nazaré das Farinhas/BA: uma contribuição à Indicação Geográfica	Universidade Federal da Bahia (UFBA)
Cacau Cabruca da Bahia: história, origem e qualidade de um produto ligado à Mata Atlântica	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia (IFBA)
Caracterização do Potencial de Indicação Geográfica para os cafés do Planalto de Conquista – BA	Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB)
Identidade Geográfica como fator de geração de valor e renda aos pequenos negócios de cerâmica artesanal de Maragogipinho (BA)	Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC)
Estruturação da Indicação Geográfica do Licuri do Semiárido Baiano	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia (IFBA)
Indicação Geográfica do Sisal de Valente	Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS)

Fonte: Adaptado de Projetos de caracterização de Indicação Geográfica (IG) [Projetos], por Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia (2014)¹, CC BY 2.0

4.7. Fórum Baiano de Indicações Geográficas e Marcas Coletivas (MC)

O Fórum Baiano de Indicações Geográficas e Marcas Coletivas engloba representantes de entidades públicas e privadas que desenvolvem atividades relativas a IG e MC (DOCS PLAYER, 2016).

O principal objetivo deste Fórum é a proposição de alternativas que promova a IG e as MCs de produtos baianos, de maneira a estimular a inovação, a promoção da competitividade e o favorecimento do desenvolvimento socioeconômico e tecnológico (DOCS PLAYER, 2016; NIT UESC, 2014).

Em sua última edição, o Fórum sugeriu que o Estado da Bahia assumisse uma política governamental para definição e estabelecimento de IGs. Ao final das discussões foi sugerido um ebook como forma de registro das ações e sugestões estratégicas (CANAL SEBRAE BAHIAa, 2021a).

4.8. MAPA

O MAPA tem sido vital e estratégico na Bahia, assim como nos outros estados. Esse ministério articula parcerias e promove a estruturação de política pública. Dessa forma, incentiva e colabora com a criação da IG e MC nos estados, ajudou a criar o Grupo de Trabalho (GT) Selo Brasileiro de IG e o GT Estratégia Nacional de

¹ Ver <http://www.fapesb.ba.gov.br>

Propriedade Intelectual (ENPI) com vistas a estruturar o seu Plano de Ação (CANAL SEBRAE BAHIA, 2021).

A meta do ministério é triplicar o número de solicitações de registro de IG (CANAL SEBRAE BAHIA, 2021).

4.9. Outras Cadeias Produtivas Potenciais de IG

Segundo Docs player (2016) e Portal da indústria (2014), existem mais seis potenciais cadeias produtivas que podem solicitar o registro de IG e que não foram contempladas por editais da FAPESB, a saber: IG Serião do São Francisco – doces e geleia, IG Canavieiras – pólen apícola, IG Piatã – café e IG Ilhéus – chocolate.

Os diagnósticos e todo o fornecimento de suporte ao processo de IG iniciais foram capitaneados pela Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS), Universidade Federal do Recôncavo Baiano (UFRB), FAPESB, EMBRAPA, Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento da Bahia (SFA/BA), Sebrae e UESC (PORTAL DA INDÚSTRIA, 2014).

A SFA atua em parceria com a Coordenadoria de Incentivo à Indicação Geográfica de Produtos Agropecuários, da Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e Cooperativismo (CIG/SDC) (PORTAL DA INDÚSTRIA, 2014).

A meta da SFA é estimular a competitividade dos produtos agropecuários brasileiros e a promoção do desenvolvimento rural. No diagnóstico da SFA há a identificação de regiões potenciais para registro, realização de estudos e diagnósticos sobre as cadeias produtivas e a proposição de contribuições técnicas voltadas para a documentação do registro (PORTAL DA INDÚSTRIA, 2014).

4.10. IG do Chocolate - Sul da Bahia

Essa IG potencial está localizada na região cacauieira mais tradicional do país (ROCHA, 2008). Nos últimos 20 anos a região tem passado por uma nova dinâmica, deixando de produzir apenas amêndoas e passando a produzir chocolate. Movimento que foi impulsionado pelo vanguardista João Tavares – precursor da produção das amêndoas de cacau fino e ganhador do prêmio de melhores amêndoas por dois anos seguidos e pela Associação dos Produtores de Chocolate do Sul da Bahia (Chocosul) que reúne cerca de 50 produtores de chocolate da região (ESTADO DE MINAS, 2018; NOVAES, 2018; SALON DU CHOCOLAT, 2021).

A UESC tem cooperado de maneira exaustiva no desenvolvimento dessa IG. O trabalho de Novaes (2018), discente do PROFNIT UESC ressalta a produção de ponta-a-ponta da cadeia, indo do plantio de árvores do cacau, colheita, fermentação e as etapas finais de secagem e processamento que geram o chocolate, com destaque para toda produção a ser realizada na mesma fazenda/localidade/região, o que ressalta o conceito *tree to bar* – da árvore ao chocolate.

O trabalho de Teles (2021) também do PROFNIT UESC destaca o novo ciclo de desenvolvimento tecnológico pelo qual tem passado o Sul da Bahia. Dessa forma, o autor aponta as diversas interações e influências desse novo ciclo de desenvolvimento entre os diversos entes governamentais, entidades civis, centros de pesquisa, universidades/Icts e empresariado que contribuiu com o aperfeiçoamento dos produtos regionais, com a criação de novas empresas e inclusive com a valorização do produto e produtor.

Além do chocolate e das amêndoas de qualidade presentes em mercados internacionais, essa região cacauieira conseguiu ampliar a diversificação da oferta de 17 subprodutos da lavoura de cacau (TELES, 2021).

5. Considerações finais

O potencial agroexportador da Bahia é enorme. O novo momento em que vive o Brasil e a Bahia é ímpar, um período de desenvolvimento de novos mercados para produtos regionais e impulsionado pelo progresso das IGs.

Em face desse momento, tanto os órgãos estaduais baianos de agricultura, desenvolvimento e tecnologia, assim como os federais, têm aproveitado para promover eventos, fóruns de discussão, editais de fomento, relatórios técnicos e consultorias para impulsionar não somente os registros das IGs, mas a abertura de novos horizontes mercadológicos trazidos por essas IGs.

Como horizontes mercadológicos podemos citar a geração de emprego e renda trazida a essas comunidades. Ademais, a inserção dessas IGs marca uma nova fase de desenvolvimento e de instrumento de política pública, ao promover o debate entre essas comunidades, a geração do associativismo e a visibilidade de acesso a novos mercados dos produtos de IGs atrelados ao conceito do desenvolvimento sustentável. Isso sem esquecer da difusão e da preservação cultural dos valores materiais e imateriais regionais imbuídos nesses produtos baianos e brasileiros nos mais diversos mercados.

Por fim destacamos que futuros estudos sobre o acompanhamento dessas IGs nos locais já reconhecidos serão de grande valia para ampliar a compreensão do papel das IGs para o desenvolvimento regional sustentável.

Referências bibliográficas

- Canal TVIFSULDEMINAS (10 de novembro de 2021). *Instituto Federal Sul de Minas Gerais em 1º Seminário de Indicações Geográficas de Café*. [Arquivo de Vídeo]. <https://www.youtube.com/watch?v=oidJs8tzkpU>
- Canal SEBRAE BAHIAa (outubro de 2021). *Sebrae Bahia em Fórum de Indicações Geográfica e Marcas Coletivas da Bahia*. [Arquivo de Vídeo]. <https://www.youtube.com/watch?v=dUAtSw1rO6g>
- Canal SEBRAE BAHIAb (outubro de 2021). *Sebrae Bahia em Fórum de Indicações Geográfica e Marcas Coletivas da Bahia*. [Arquivo de Vídeo]. <https://www.youtube.com/watch?v=llHfTrOei-l>
- Companhia de Ação e Desenvolvimento Regional (2017). *Resultado Final Edital 09 Fruticultura*. <http://www.car.ba.gov.br/node/367>
- Companhia de Ação e Desenvolvimento Regional (2019). *Serviço de Ater*. <http://carweb.ba.gov.br/Arquivos/FORMUL%C3%81RIOS%20SERVI%C3%87O%20DE%20ATER%20BAHIA%20PRODUTIVA/ALIAN%C3%87A%20PRODUTIVA%20-%20ATER/1%C2%Bo%20Encontro%20ATER%20-%20Alian%C3%A7a%20Produtiva/ATER%20com%20Foco%20no%20Mercado%20-%20Aldir%20Parisi.pdf>
- Companhia de Ação e Desenvolvimento Regional (2021). *Bahia Produtiva*. <http://www.car.ba.gov.br/projetos/bahia-produtiva>
- Comex Stat (2021). *Bahia: Exportações, Importações e Balança Comercial*. <http://comexstat.mdic.gov.br/pt/comex-vis>
- Conceição, L. (2007). *Produtores de Farinha Criam cooperativa no Sul da Bahia*. <http://www.ba.agenciasebrae.com.br/sites/asn/uf/BA/Produtores-de-farinha-criam-cooperativa-no-sul-da-Bahia>
- Comex Stat (2021). *Bahia: Exportações, Importações e Balança Comercial*. <http://comexstat.mdic.gov.br/pt/comex-vis>
- Docs player (2016). *Ações Fórum Baiano de Indicações Geográficas e Marcas Coletivas*. <https://docplayer.com.br/105953830-Acoes-forum-baiano-de-indicacoes-geograficas-e-marcas-coletivas.html>
- Dallabrida, V. R. (Org.) (2013). *Território, identidade territorial e desenvolvimento regional: reflexões sobre Indicação Geográfica e novas possibilidades de desenvolvimento com base em ativos com especificidade territorial*. LiberarS.
- Embrapa (2021). *Embrapa Uva e Vinho*. <https://www.embrapa.br/uva-e-vinho/indicacoes-geograficas-de-vinhos-do-brasil/ig-em-estruturacao/vale-do-sao-francisco>

- Estado de Minas (2018). *Nova onda do chocolate gourmet resgata setor cacauero*. <https://www.diariodepernambuco.com.br/noticia/brasil/2018/07/nova-onda-do-chocolate-gourmet-resgata-setor-cacauero.html>.
- Fapesb (2014). *Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia*. <http://www.fapesb.ba.gov.br/>.
- Freitas, J. C. B. (2012). *As indicações geográficas como objeto do direito agrário*. [Dissertação de mestrado, Universidade Federal de Goiás, Goiânia.]
- Gil, A. C. (2017). *Como elaborar projetos de pesquisa* (6ª ed.). São Paulo: Atlas.
- Instituto Nacional da Propriedade Industrial (2021a). *Indicações Geográficas: Indicações de Procedência Reconhecidas*. <https://www.gov.br/inpi/pt-br/servicos/indicacoes-geograficas/arquivos/status-pedidos/LIS-TACOMASINDICAESDEPROCEDNCIARECONHECIDAS.At10Ago2021.pdf>
- Instituto Nacional da Propriedade Industrial (2021b). *Ficha Técnica de Indicação Geográfica: Oeste da Bahia*. <https://www.gov.br/inpi/pt-br/servicos/indicacoes-geograficas/arquivos/fichas-tecnicas-de-indicacoes-geograficas/OestedaBahia.pdf>.
- Instituto Nacional da Propriedade Industrial (2021c). *Ficha Técnica de Registro de Indicação Geográfica: Vale do Submédio do São Francisco*. <https://www.gov.br/inpi/pt-br/servicos/indicacoes-geograficas/arquivos/fichas-tecnicas-de-indicacoes-geograficas/ValedoSubmdioSoFrancisco.pdf>.
- Lisboa, L. F. (2021). *O coração da cana*. <https://atarde.uol.com.br/muito/noticias/1927989-o-coracao-da-cana>
- Lorena, G.; Areas, P.O.; Lima, F.B.C.L. (agosto de 2019). Turismo e indicação geográfica: a denominação de origem da banana da região de Corupá, Santa Catarina, Brasil. *Turismo e Sociedade*. <https://revistas.ufpr.br/turismo/article/view/67895>
- Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (2021). *A cachaça no Brasil: dados de registro de cachaças e aguardentes ano*. <https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/inspecao/produtos-vegetal/arquivos/a-cachaca-no-brasil-web-2021.pdf/>.
- Nit Uesc (2014). *IG & MC Indicações Geográficas e Marcas Coletivas*. <http://nit.uesc.br/ig/index.php>.
- Novaes, A. C. P. (2018). *A cadeia do chocolate do sul da Bahia: contribuições sobre ferramentas de marketing digital e modelos de cadeias produtivas* [Dissertação de mestrado, Universidade Estadual de Santa Cruz].
- Portal da indústria (2014). *Mapa apoia pedidos de registro de Indicações Geográficas depositados no INPI*. <https://noticias.portaldaindustria.com.br/noticias/economia/mapa-apoia-pedidos-de-registro-de-indicacoes-geograficas-depositados-no-inpi/>
- Rezende, A. A.; Simões, G. C.; Daltro, T. S.; Pereira, I. T. M. S.; Miyaji, M. (s.f.) *Contribuições para a Indicação Geográfica (IG): considerações sobre Buerarema – BA como uma potencial IG para farinha de mandioca*. Caderno de Prospecção. <https://bit.ly/37TzYHk>
- Rocha, L.B. (2008). *A região cacauera da Bahia – dos coronéis à vassoura-de-bruxa: saga, percepção, representação*. Editus.
- Rogers, E. M. (1983). *Diffusion of innovations*. (3a ed.). Macmillan Publishing Co.
- Sá, L. R. O.; Lima, J.R.F. (s.f.) *Desafios ao funcionamento de uma indicação geográfica: o caso das uvas de mesa e mangas do vale do submédio do São Francisco*. Congresso da sociedade brasileira de economia, administração e sociologia rural sober Nordeste. Sober Nordeste. <https://ainfo.cnptia.emsbrapa.br/digital/bitstream/item/186308/1/Joao-Ricardo-2.pdf>
- Salon du chocolat. (2021). *International Cocoa Awards*. <https://www.diariodepernambuco.com.br/noticia/brasil/2018/07/nova-onda-do-chocolate-gourmet-resgata-setor-cacauero.html>.
- Sebrae (2016). *Estudo de Mercado para Cachaça da Bahia*. Sebrae.
- Segundo, G. S. A; Goulart, L. A.; Junior, M. F. S; Uetanabaro; A. P. T. (s.f.). O cacau da região Sul da Bahia e a

perspectiva histórica de uma indicação geográfica. *Cadernos de Prospecção*. <https://periodicos.ufba.br/index.php/nit/article/view/11628>

Soeiro, A (2019). *A proteção das Denominações de Origem e das Indicações Geográficas através dos Tratados Internacionais*. <https://qualificaportugal.pt/wp-content/uploads/2019/09/TT-38-A-proteccao-das-DO-e-das-IG-via-Tratados-0209201976307.pdf>

Silva, D. T.; Rezende, A. A.; Silva, M. D. S. (2018). A Coopama e a Cadeia de Produção da Cachaça Baiana “Abaíra”. *Revista do Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural (UFV)*. <https://periodicos.ufv.br/rever/article/view/3378>

Teles, M. G. (2021). Contribuições para as potenciais indicações geográficas do estado da Bahia, Brasil. [Dissertação de mestrado, Universidade Estadual de Santa Cruz].